

BOLETIM 251

Brasília, 21 de novembro de 2016

Conselhão se reúne para debater a retomada do crescimento econômico

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social volta a se reunir hoje (21) no Palácio do Planalto. Com renovação de 67% dos membros, o chamado Conselhão tem como tema da primeira reunião A Retomada do Crescimento Econômico.

Diferentemente do formato anterior, os ministros de Estado não terão cadeiras no órgão. Eles podem participar dos encontros, mas deverão receber convites em determinados momentos para esclarecer situações específicas de suas pastas. De acordo com a assessoria do conselho, a escolha dos integrantes buscou diversificar a composição com a representação de diferentes regiões. Novos setores também foram contemplados, como por exemplo a segurança pública.

Eliana Calmon, que foi corregedora-geral de Justiça, e Nizan Guanaes, publicitário e sócio-fundador do Grupo ABC de Comunicação, participarão pela primeira vez do órgão. Entre os novos quadros que vão integrar o Conselhão estão também o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e o técnico de vôlei Bernardinho.

Criado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social tem o objetivo de assessorar o presidente da República e



os demais órgãos do Poder Executivo na elaboração de políticas públicas, articulando as relações do governo com os setores da sociedade civil representados.

Na abertura do encontro, além de Temer, os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e da Casa Civil, Eliseu Padilha, detalharão os planos para o órgão. Eles vão falar sobre os principais pontos das medidas econômicas de ajuste fiscal propostas pelo Palácio do Planalto. A intenção é que no novo formado os integrantes do governo mais ouçam as ideias dos conselheiros. Murillo de Aragão, cientista político, e a advogada Renata Vilhena também terão direito a falar, assim como outros integrantes.

Fonte: Agência Sindical

Para centrais, mercado acima da lei seria fim do Direito do Trabalho

Ataques recentes à Justiça do Trabalho acontecem "no mesmo momento em que o governo, o empresariado e juízes do Supremo



Tribunal Federal querem impor o primado do negociado sobre a CLT e a terceirização da atividade-fim", afirmam as seis centrais sindicais formalmente reconhecidas, em manifesto. "O que se pretende, em nome da modernização da legislação, é que o todo poderoso mercado, comandado pelo empregador, seja livre para definir as relações de trabalho, situando-se à margem e acima da Lei", dizem as entidades no documento.

Para as centrais, a "supremacia" do mercado sobre a lei pode significar o fim do Direito do Trabalho. "A fragilização da Justiça do Trabalho é um passo nesta direção." Os sindicalistas destacam o fato de que as tentativas de retirada de direitos sociais e trabalhistas aconteçam simultaneamente a medidas para enfraquecer "instituições de defesa dos trabalhadores", como cortes orçamentários.

"É o que vem ocorrendo sob o pretexto – declarado publicamente pelo ministro Gilmar Mendes, do STF – de que o Poder Judiciário concede direitos em demasia aos trabalhadores brasileiros", afirmam CSB, CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central e UGT.

"Não restam dúvidas de que está em curso uma ofensiva mais ampla do empresariado e das forças conservadoras cujo objetivo não é só o enfraquecimento e a extinção da Justiça do Trabalho, mas o fim do próprio Direito do Trabalho", acrescentam as entidades. "As propostas de reformas trabalhista e previdenciária, a flexibilização dos direitos, a terceirização geral e irrestrita da economia, a retomada do projeto de privatizações, o congelamento dos gastos e investimentos públicos e a prorrogação e ampliação da DRU

(Desvinculação das Receitas da União) são iniciativas orientadas neste sentido."

"O enfraquecimento das instituições de defesa dos trabalhadores compreende ainda o desaparecimento das entidades sindicais e o fim do custeio sindical, bem como a sistemática desvalorização dos instrumentos coletivos negociados, a utilização abusiva dos interditos proibitórios, o cerceamento do direito de greve e a restrição à liberdade sindical prevista no caput do art. 8º, da Constituição Federal de 1988", alerta o documento.

Fonte: Rede Brasil Atual

Comissões discutem cortes nos gastos públicos e reforma da Previdência

Os cortes nos gastos públicos voltam a ser tema de debate nas comissões do Senado nesta segunda-feira (21). A audiência pública das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a de Assuntos Econômicos (CAE) terá como foco a Previdência Social. O debate é interativo, com a participação do público pela internet, e está marcado para as 9 horas.

Foram convidados 14 debatedores, a maioria representantes de sindicatos e associações de trabalhadores e servidores públicos. Também devem participar representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Fonte: Agência Senado

Alteração em benefícios previdenciários é prioridade para o governo

Projeto sobre o tema poderá ser votado a partir de terça-feira no Plenário da Câmara dos Deputados. Intenção do governo é economizar R\$ 8 bi por ano. Já a oposição teme perda de direitos da população mais pobre.

O governo considera prioritária a proposta que endurece a concessão de benefícios previdenciários e determina um mutirão de perícias médicas para fazer um pente-fino nos auxílios-doença e nas aposentadorias por invalidez (PL 6427/16). Com as novas regras, o governo estima economizar R\$ 8 bilhões por ano.

As mudanças já chegaram a valer, por meio da Medida Provisória 739/16, que acabou perdendo a validade antes de ser convertida em lei. Isso levou o Poder Executivo a encaminhar ao Congresso o PL 6427/16.

O líder do governo na Câmara, deputado Andre Moura (PSC-SE), disse que o Palácio do Planalto tem pressa na tramitação do projeto. "Durante esses 120 dias de validade da medida provisória, milhares de perícias médicas espalhadas no Brasil estavam em andamento. E com a perda da validade da medida provisória, foram suspensas. Então essas perícias médicas precisam ser retomadas e elas independem daquilo que nós vamos discutir na reforma da Previdência", afirmou.

Oposição é contra - Partidos de oposição ao governo de Michel Temer não concordam com o endurecimento das regras na concessão dos



benefícios e alertam sobre a perda de direitos da população mais pobre.

A vice-líder do PT deputada Erika Kokay (PT-DF) criticou a pressa com que o Executivo quer fazer essas mudanças. "É uma urgência nefasta para o trabalhador porque [o projeto] dificulta, amplia o prazo para que se tenha direito ao auxílio-doença, ao salário-maternidade e ao auxílio-reclusão e também diminui o valor do auxílio-reclusão. Essa não é a urgência do povo brasileiro. Por isso, vamos obstruir", declarou.

Fonte: Agência Câmara

Reforma da Previdência poderá acabar com benefício integral da aposentadoria invalidez

O Valor Econômico, divulgou na última quarta-feira, 16, que o governo Temer estuda acabar com a integralidade do valor dos benefícios das aposentadorias por invalidez. A proposta estaria dentro da proposta de reforma da Previdência Social, que o governo pretende enviar para Câmara dos Deputados até o fim do ano.

Segundo a matéria, um especialista do governo na área da Previdência teria revelado ao jornal que a ideia do Planalto de fixar uma idade mínima em 65 anos, para homens e mulheres,



impulsionaria ainda mais os pedidos por aposentadoria por invalidez. E por este motivo, o melhor que o governo poderia fazer, é estabelecer que o pagamento do valor da aposentadoria por invalidez na forma proporcional ao tempo de trabalho. E com a diminuição do valor do benefício, os trabalhadores optariam por permanecer por mais tempo no mercado de trabalho.

O jornal aponta ainda que, segundo estudo realizado pela consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado, “a legislação previdenciária beneficia, em demasia, quem se aposenta por invalidez, em detrimento dos que buscam por tempo de contribuição ou por idade”, frisa a consultoria.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Ritmo de demissões diminui na indústria paulista

O nível de emprego na indústria de transformação paulista caiu 0,28% em outubro, em relação ao mês anterior, com o corte de 6,5 mil vagas. Apesar de ter ocorrido nova queda, as empresas reduziram o ritmo de demissões em comparação a setembro, quando houve recuo de 0,51%. No acumulado do ano, o setor eliminou 92 mil postos de trabalho.

Os dados são do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp). A Pesquisa Nível de

Emprego é feita desde 1981 e engloba informações de 3,01 mil empresas.

Em nota, o diretor do Depecon, Paulo Francini, informou que foi revista a previsão para o fechamento do ano, que passou a indicar a eliminação de 150 mil empregos, 15 mil a menos do que a projeção anterior (165 mil). Para Francini, a situação da indústria ainda é muito grave. “Não conseguimos ver ainda a marca do que poderíamos chamar de retorno do crescimento. Caminhamos para mais um final de ano negativo na economia brasileira e na indústria de transformação.”

Balanco - Em mais da metade dos setores pesquisados (59%), somando 13 segmentos de um total de 22, foi negativo o saldo entre contratações e demissões. Os três segmentos que mais enxugaram quadros foram: Outros Equipamentos de Transporte (-2.045 vagas); Veículos automotores (-1.522) e Produtos Alimentícios (-885). Cinco setores mantiveram a estabilidade e apenas quatro ampliaram as vagas.

A diretoria regional da Fiesp/Ciesp de Limeira foi a que teve queda mais significativa (-4,31%) entre as 36 diretorias pesquisadas. Na de Santa Bárbara d'Oeste, houve recuo de 3,46% e na de São José dos Campos, de 2,56%. No total, houve recuos em 18 diretorias, número abaixo do registrado em igual mês do ano passado (31) e também dos outros dois anos imediatamente anteriores (em 2013 foram 20 e em 2014, 30).

Em 12 regionais foram constatados aumentos, sendo que as maiores chances de emprego ocorreram nas empresas vinculadas à diretoria de Matão (+1,92%); Santos (1,75%) e Santo André (0,90%).

Fonte: Agência Brasil



Medida provisória que altera regras do setor elétrico vira lei

O governo federal sancionou com 17 vetos a chamada medida provisória do setor elétrico. O texto tem origem na Medida Provisória 735/2016, aprovada no Senado em 19 de outubro sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/2016. A Lei 13.360/2016 foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (18).

A nova lei facilita processos de privatização, reduz a burocracia de leilões e custos da União com subsídios a concessionárias e permite a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

O texto também estabelece a isenção da taxa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas contas de luz dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, que reúne consumidores de baixa renda. Determina que, a partir de 2030, o rateio das quotas anuais da CDE deverá ser proporcional ao mercado consumidor de energia, de acordo com o nível de tensão (expressa em kV).

Vetos

Um dos vetos do governo federal foi ao artigo 20, que prevê incentivos para termoelétricas movidas a carvão. O artigo determina a criação de programa para implantar novas usinas, que entrariam em operação entre 2023 e 2027. Na discussão em Plenário, alguns senadores tentaram retirar esse trecho do texto, argumentando que é prejudicial ao meio ambiente.

Também foi vetada a criação do Plano Nacional de Modernização das Redes de Energia

Elétrica (Inova Rede), previsto para modernizar as redes de distribuição de energia. Justificou-se no veto que a criação do plano poderia aumentar tarifas e que a regulação atual já contempla incentivos à modernização.

Os trechos vetados consistem em emendas incluídas no texto final pelos parlamentares durante a tramitação da matéria. Recomendaram os vetos os Ministérios da Fazenda, Planejamento, Minas e Energia, Meio Ambiente e Casa Civil, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Fonte: Agência Senado

CSJT estabelece normas de segurança para toda a justiça do trabalho

Policiamento ostensivo, uso de colete balístico, instalação de circuito fechado de televisão e proibição do ingresso de qualquer pessoa com arma de fogo. Essas são algumas das novas regras de segurança que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho estabeleceu para todos os órgãos do Judiciário trabalhista, em deliberação feita no final do mês de outubro.

A segurança nas cortes do Trabalho tem sido uma questão ao longo do ano de 2016, mais especificamente na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em São Paulo, o maior do Brasil. Em março e agosto, o Fórum Ruy Barbosa interrompeu suas atividades por causa de suicídios de pessoas que subiam até os andares superiores e se jogavam das áreas que não tinham parapeitos. O TRT-2 colocou faixas e tapumes para evitar os ocorridos.



Outro episódio ocorreu em novembro, quando um advogado foi preso e algemado por utilizar um elevador reservado aos juízes e se recusar a se identificar e apresentar a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil.

O problema não se restringe à Justiça do Trabalho. Em março, um homem foi detido depois de fazer refém uma juíza da Vara de Violência Doméstica do Fórum do Butantã, em São Paulo, e ameaçar colocar fogo na magistrada e no prédio.

Fonte: Consultor Jurídico

OAB estima em 1 milhão o total de advogados no Brasil

Desde esta sexta-feira (18/11), o Brasil tem 1 milhão de advogados. Os dados são do cadastro nacional de profissionais mantido pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse montante não inclui inscrições de estagiários e as suplementares. Se forem inseridos os totais dessas duas categorias, o total chega a 1,07 milhão.

São Paulo ainda lidera a lista, com mais de 282 mil advogados, seguido por Rio de Janeiro (138 mil), Minas Gerais (102 mil) e Rio Grande do Sul (75 mil). Os estados brasileiros com menor número de advogados são Roraima (1,5 mil), Amapá (2,4 mil), Acre (3 mil) e Tocantins (5 mil).

Segundo o levantamento Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem 102 milhões de processos. Em outra comparação simples, são 102 processos para cada advogado.

Fonte: Consultor Jurídico

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luís Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)